

Parte 1

Psicologia social:
história e fundamentos

O psico-social/psicossocial – papel do hífen

Geraldo José de Paiva

1.1 Papel do hífen

Julgo sempre útil recorrer à origem da palavra, que muitas vezes fornece o ímpeto primigênio para seu uso posterior.

A palavra *hífen* (*hyphén*) consta no *Dicionário grego-francês* de Anatole Bailly (origem 1894) como advérbio e como substantivo. O significado do advérbio é “num todo”, “num só corpo”; o significado do substantivo é “traço em forma de arco para marcar a união de duas letras ou de duas partes de uma palavra”. *Hífen* é uma junção da preposição *hypo* (sob) e do numeral neutro *hen* (um).

O papel do hífen é, então, o de colocar sob uma unidade, de unir, razão por que em francês se diz *trait d’union* (“traço de união”).

Quando, portanto, propõe-se *psico-social*, indica-se a união entre o psíquico individual e o grupo, o coletivo.

Na história da ortografia, verificam-se mudanças no uso do hífen. Há palavras nas quais se tornou desnecessário, às vezes como mera simplificação da escrita, outras vezes porque a união se tornou tão íntima que não há por que continuar separando os termos que compõem a palavra.

As línguas variam no uso do hífen. No alemão, por exemplo, não se usa praticamente o hífen – ao contrário, as palavras se engrenam umas nas outras sem a menor interrupção. Em francês e em português, os hifens não são exceção, apesar das reformas ortográficas.

Quanto a *psico-social*, em inglês, por exemplo, mantém-se o hífen: *psycho-social psychology*; em francês, por vezes se escreve *psycho-social* (ROUSSIAU, 2008, p. 12), as mais das vezes se escreve *psychosocial* (Le Petit Robert, 1990), numa só palavra. Também no português atual as palavras se tornaram uma só: psicossocial, embora em algumas publicações se encontre psico-social.

1.2

Conquanto a intenção dos organizadores deste Simpósio seja expressar a unidade entre a psique, própria da pessoa individual, e o social, eu advogaria a obsolescência e o desaparecimento do hífen em psicossocial e a compenetração do psíquico no social e do social no psíquico.

É comum dizer, com efeito, que toda psicologia é social, porque “nenhum homem é uma ilha” e, mesmo que o fosse, estaria rodeado de água por todos os lados... O próprio conceito de ilha associado ao indivíduo exige a existência de água, que associa ao social.

Sei que a psicanálise privilegia o indivíduo em sua dinâmica consciente e, principalmente, inconsciente. Porém, esse indivíduo, até em seu inconsciente pessoal ou coletivo, é uma entidade relacional, primeiramente com outras pessoas, mas também com o ambiente físico. Nesse sentido amplo, pode-se dizer que toda psicologia é social.

1.3

Gostaria de propor, no entanto, uma vinculação maior do psíquico com o social, de forma que o psíquico só pode ser social e o social só pode ser psíquico. E gostaria de calçar esta proposta com algum estudo empírico. Tenho feito, na verdade, muitos estudos relativos à formação da identidade religiosa de convertidos, particularmente de brasileiros católicos a novas religiões japonesas. Esses estudos, de natureza empírica, têm produzido uma informação que nem sequer estava sendo buscada – a saber, a de que a identidade do convertido só se realiza quando, ao mesmo tempo, a pessoa se filia ao novo grupo religioso e reelabora sua cadeia de significantes. Verifiquei que quando falha, total ou parcialmente, seja a filiação ao grupo, seja a reelaboração dos significantes, não se opera a conversão, ou seja, não se tem uma nova identidade religiosa. O que se obtém é a manutenção da antiga religião, com empréstimos mais ou menos artificiais de uma segunda ou terceira, ou o relativo enfraquecimento da primeira identidade, ou a total desidentificação religiosa.

Insisto em que a falência, total ou parcial, seja na adesão grupal, seja na reelaboração cognitiva, afeta a formação da identidade em medida recíproca: uma reelaboração insuficiente aponta para uma pertença também insuficiente; uma pertença superficial está em paralelo com uma reelaboração deficiente do referencial religioso no estudo da conversão.

1.4

Tratei teoricamente desse assunto valendo-me, de um lado, da teoria da identidade social, de Tajfel, complementada pela teoria da autoprototipicalidade, de Turner, e, de outro lado, de dois conceitos de inspiração lacaniana, relativos aos modos de apreensão da realidade. A teoria da identidade destaca a percepção de pertença ou de não pertença a um grupo, resultante do processo de categorização; a teoria da autoprototipicalidade destaca o protótipo de um grupo e a aproximação, menos ou mais perfeita, a esse protótipo pela pessoa. Os conceitos tomados de empréstimo a Lacan são o de imaginário e de simbólico. Em resumo, o imaginário, que é a estruturação mais antiga na psique e que, no entanto, permanece pela vida toda, refere-se ao semelhante e “se alimenta de várias imagens: sinônimos, analogias, homologias, metonímias e isomorfismos” (PAIVA, 2007, p. 81). O simbólico refere-se à cadeia de significantes e, embora possa lidar com elementos semelhantes, produz um significado novo, transitando “pela diferença, pela alteridade, pela metáfora” (PAIVA, 2007, p. 81). Sob o regime do imaginário, a pessoa assimila o grupo e seu protótipo ao grupo a que já pertence e ao protótipo desse grupo. Sob o regime do simbólico, a pessoa pode até manter sua relação com o grupo de origem e seu protótipo, porém os transmuta no grupo e no protótipo novos.

1.5

Alguns casos ilustrativos, resumidos de publicação anterior (PAIVA, 2007):

A, na Perfect Liberty, há doze anos, mudou o grupo de pertença do católico para o da PL; refere-se ao catolicismo como religião anterior e contrapõe-se a peelistas que vão a outras religiões; declara que do catolicismo não ficou muita coisa de forte e que, no lugar das coisas deixadas de lado, vieram outras, novas. A frequenta as atividades de culto da PL e busca orientação de vida com os agentes religiosos peelistas. Demonstra ter mudado, também, de simbólico religioso, possuidora que é do protótipo pealista: a pessoa e a função do Fundador, os ensinamentos e preceitos, a prece poderosa do *oyashikiri*, a orientação dos mestres, a dedicação em tornar “artística” a vida de cada dia. Os poucos elementos católicos que persistem (os dez mandamentos, o “amai-vos uns aos outros”, a missa dominical) compõem sem destaque e podem ser caracterizados como imaginários. Na trajetória de A, verifica-se mudança de identidade, pois houve a substituição (1) de um grupo religioso por outro e (2) de um simbólico por outro.

B, na PL há catorze anos, afirma, literalmente, que “sempre se identificou com a igreja [católica]”, mas que a PL veio responder a seus questionamentos do dia-a-dia. Ainda vai à missa, mas não pratica os ensinamentos que ouve. Dedic

todo o tempo livre à PL, amparada nas referências peelistas: a pessoa e a função mediadora do Fundador, as cerimônias rituais, a palavra salvífica *oyashikiri*, os preceitos e práticas relativos à elaboração artística da vida, o caráter de espelho do indivíduo, que reflete as falhas e vícios da família. B refere-se ao catolicismo e ao espiritismo como *religião* e à PL como *filosofia de vida*, com o que, aparentemente, aponta realidades para ela não coincidentes. Sua referência ao catolicismo precisa ser provocada e restringe-se à missa, à inoperância do ensinamento católico e à influência negativa da família católica não praticante. Esses não se tornam, contudo, elementos que passem a gravitar, ao modo do imaginário, ao redor da articulação peelista, o que sugere não se ter ainda estabelecido com exclusividade um simbólico substituto da religião anterior. B dá a impressão de que está caminhando para a plena aceitação do simbólico da PL, o que parece demonstrar-se também pela intensa dedicação às atividades peelistas e à pouca frequência do culto católico.

C filia-se com seriedade ao grupo PL, que, aparentemente, não se encontra em competição com a religião católica, à qual diz continuar pertencendo. Destaca na PL o engrandecimento pessoal e cultural e a ausência de qualquer pressão relacionada com a adesão religiosa. Parece relacionar-se com a PL como grupo de natureza não religiosa, de grande influência em sua vida pessoal e social. Não parece ter substituído o simbólico religioso anterior por outro simbólico religioso, mas ter acrescentado ao simbólico religioso católico um simbólico de tipo socio-cultural. Dá a forte impressão de que pertence igualmente a dois grupos, cada qual com seu simbólico: um grupo de apoio socioafetivo eficiente e estruturado (a PL) e um grupo religioso (católico).

D tem o protótipo da Seicho-no-ie: inexistência do pecado, filiação divina perfeita, o deus interior, a purificação do subconsciente pela leitura dos sutras/mantras na meditação, o corpo como casulo do espírito, o carma dos antepassados, o agradecimento constante, a vocação missionária. Refere-se à Seicho-no-ie como sua religião. Em outros momentos, porém, fala da Seicho-no-ie não como religião, mas como filosofia, que lhe faz compreender melhor a religião católica, de cujo grupo não se desligou, afirmando que continua católica, vai à igreja e manda celebrar missas, invoca nominalmente os anjos, lê a bíblia, mantém o hábito da oração. C parece, então, considerar o catolicismo como sua religião de base, subsumida atualmente pela Seicho-no-ie, e tendente, na Nova Era, a ser, juntamente com as outras religiões, absorvida no mesmo vértice, simplesmente deus como luz e energia interior. Do ponto de vista do simbólico, portanto, revela-se indefinida, porquanto não possui um eixo de significação que articule os múltiplos elementos religiosos de referência, dando a impressão de que se deixa dirigir por dois aglomerados religiosos regidos pelo imaginário, sugerindo ambiguidade de identidade religiosa e não permitindo, no momento, um juízo do processo

de transformação da identidade, levando a perguntar se, em seu caso, ainda há lugar para o conceito de identidade.

1.6 Conclusão

Embora os exemplos tenham dito respeito à formação da identidade religiosa, os princípios de análise – a saber, pertença grupal e elaboração cognitiva do protótipo do grupo – aplicam-se à formação de qualquer identidade. Mediante os conceitos de imaginário e de simbólico, é possível discriminar a natureza tanto da pertença grupal como da elaboração cognitiva. Quando a pertença grupal é nítida, é acompanhada pela correspondente elaboração cognitiva do protótipo grupal; igualmente, quando a elaboração cognitiva do protótipo grupal é nítida, observa-se pertença inequívoca ao grupo. Em ambos os casos, não se exclui a permanência de elementos anteriores, que se mantêm imaginariamente na nova constelação grupal e cognitiva. Inversamente, quando falha uma ou outra, observa-se, nos extremos, a manutenção ou o esvaziamento tanto do simbólico cognitivo anterior como da anterior pertença grupal.

Confirma-se, então, a desnecessidade do hífen em *psicossocial*, pois tanto a elaboração psíquica quanto a relação grupal acabam sendo uma única realidade psicossocial.

Referências

BAILLY, A. *Dictionnaire Grec-Français*. Paris: Hachette, [s. d.].

Le Petit Robert. *Dictionnaire de la Langue Française*. 5. ed. reformulada. Paris: Le Robert, 1990.

PAIVA, G. J. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *Psico*, Porto Alegre, v. 38, p. 77-84, 2007.

ROUSSIAU, N. *Psychologie sociale de la religion*. Paris: PUF, 2008.

